

CPI decidirá em agosto se Marconi voltará a ser ouvido

Presidente da comissão, Vital do Rêgo afirmou que requerimento de nova convocação do governador de Goiás será votado sem interferência partidária

O REQUERIMENTO PARA a segunda convocação do governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), pode ser votado pela CPI do Cachoeira no início de agosto, logo após o fim do recesso parlamentar.

A informação é do presidente da comissão, Vital do Rêgo (PMDB-PB), que fez ontem um balanço dos primeiros meses de trabalho. Ele rebateu críticas da oposição de que haveria uso político da CPI.

Segundo o senador, todos os requerimentos apresentados entrarão na pauta, como vem ocorrendo em outras reuniões administrativas da CPI.

— A reconvocação do governador Perillo é uma decisão



Senador Vital do Rêgo, que preside a CPI do Cachoeira: na próxima reunião, em agosto, comissão votará requerimento de nova convocação de Marconi Perillo

colegiada. O requerimento já foi posto na Casa. Nós esperamos que na próxima reunião administrativa esse requerimento, como outros tantos, possa ser apreciado — afirmou o senador, após garantir que todos os requerimentos são incluídos na pauta e tratados com a mesma prioridade.

Marconi já prestou esclarecimentos à CPI no dia 12 de junho. O requerimento para

uma nova convocação foi apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). Segundo a revista *Época*, o governador recebeu propina para liberar pagamentos do governo do estado à empreiteira Delta. O acerto teria ocorrido por meio da venda da casa de Marconi, onde Cachoeira foi preso pela Polícia Federal em fevereiro deste ano.

Anteontem, o presidente do

PSDB, deputado Sérgio Guerra (PE), disse que a reconvocação seria uma estratégia para atingir a oposição às vésperas das eleições municipais, marcadas para outubro, e do julgamento do mensalão, em agosto.

Partidos

Para Vital, o grande número de testemunhas ligadas a Marconi, ao contrário do apontado por opositoristas, nada tem a

ver com questões partidárias, e sim com a localização da organização criminosa, cuja atuação se daria principalmente em Goiás. O senador garantiu que os desentendimentos entre PT e PSDB não inviabilizarão os trabalhos.

— A presidência [da CPI] vai conduzir [os trabalhos] para que a questão política não atrapalhe a eficiência dos trabalhos.

Jorge Viana pede acordo sobre Código Florestal 3

Sérgio Souza destaca programa de crescimento 3

Mozarildo propõe nova regra para quarentena 3

Anibal Diniz elogia atuação do governo do Acre 3

O que fazer ante depoente que não fala é desafio da comissão

Sobre os próximos passos da CPI, Vital do Rêgo informou que a comissão tem o desafio de definir o procedimento para casos de depoentes que queiram ficar em silêncio.

Atualmente, eles são dispensados. Antes, não era assim — o principal investigado, Carlinhos Cachoeira, ouviu por horas seguidas, sem responder, às perguntas dos parlamentares.

O novo procedimento de dispensa tem sido criticado por parlamentares da comissão.

Para Vital, a CPI já conseguiu vencer o desafio do descrédito atribuído à comissão no início dos trabalhos e agora terá de vencer o desafio do esvaziamento às vésperas de eleições municipais.

Vital disse que a CPI precisa aprofundar as investigações já iniciadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público e oferecer ao país uma nova legislação que dificulte a atuação de organizações criminosas.

— O pacote legislativo precisa prever que os crimes de contrabando, de evasão fiscal e de vícios do processo licitatório não sejam mais cometidos com a mesma facilidade — assinalou.

Sobre as ameaças sofridas por autoridades ligadas às investigações, que levaram ao afastamento de um juiz federal do caso, o senador disse que a comissão não se sentirá intimidada.

Vital do Rêgo afirmou, ainda, que cabe à polícia investigar o assassinato do policial federal Wilton Tapajós Macedo, que integrou a Operação Monte Carlo, na qual Carlinhos Cachoeira foi preso. Tapajós foi morto a tiros anteontem. A polícia investiga se o caso tem ligação com o trabalho do policial. Parentes do agente informaram que ele vinha sendo ameaçado. O presidente da comissão informou que não pretende solicitar proteção policial.

Datas de depoimentos serão acertadas semana que vem

No segundo semestre, a CPI terá reuniões às terças, na parte da tarde, e às quartas, pela manhã. Segundo o senador, já estão marcadas reuniões para todo o mês de agosto, a partir do dia 7.

A primeira reunião administrativa está prevista para 15 de agosto, mas Vital do Rêgo informou que ainda tentará acertar uma data na primeira semana, provavelmente dia 2.

Segundo o senador, na próxima semana a comissão definirá o cronograma de depoimentos, inclusive do ex-dono da construtora Delta, Fernando Cavendish, e do ex-diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), Luiz Antônio Pagot.

Vital do Rêgo confirmou que a tendência é ouvir pessoas que se dispuserem a falar, já que muitos depoentes usaram o direito de permanecer em silêncio durante as reuniões.

Dos 24 convocados no primeiro semestre, nove prestaram

depoimentos integralmente e dois não responderam a todas as perguntas. Os outros 13 convocados não se manifestaram.

O senador lembrou, no entanto, que as testemunhas não são a única fonte de informações da CPI.

— A riqueza desta CPI está na sala-cofre, está na transferência de dados — afirmou Vital, fazendo referência aos arquivos com mais de 2 mil horas de gravações interceptadas pela Polícia e às demais informações sigilosas.

Até agora, a CPI solicitou a quebra do sigilo bancário de 82 pessoas físicas e jurídicas, a quebra do sigilo fiscal de 80 e a quebra do sigilo dos registros telefônicos de 78 pessoas. Já foram recebidas pela comissão 384 informações bancárias, 58 fiscais e 374 telefônicas.

Para facilitar a análise, o Prodasen elabora um projeto de treinamento para capacitar operadores designados pelos parlamentares.

Walter Pinheiro afirmou que o semestre foi produtivo e citou como exemplos o avanço nas discussões do pacto federativo, a criação de comissões mistas para avaliar MPs e a aprovação da LDO

CPI não paralisou trabalho do Senado, diz líder do PT

O SENADO COMPROVOU no primeiro semestre que, ao contrário do que se especulava, a comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investiga as relações do contraventor Carlinhos Cachoeira com agentes públicos e privados não paralisou a Casa.

A conclusão é do líder do PT, Walter Pinheiro (PT-BA), que fez um balanço dos trabalhos do Senado.

Ele afirmou que houve uma “rica movimentação” nas comissões, boas audiências públicas e um “desempenho satisfatório” do Plenário.

— Muita gente disse que seria um período difícil por causa da CPI, com paralisação e desvio de rumo da Casa. Mas o Senado fez um bom debate — avaliou, citando a discussão do pacto federativo e a instalação das comissões mistas de análise de medidas provisórias (MPs) como exemplos positivos.

Pinheiro enfatizou que os senadores atuaram no combate a duas crises no primeiro



Walter Pinheiro: temas polêmicos adiante, como as regras do FPE e das dívidas estaduais

Senado cumprir seu papel fiscalizador.

Outras medidas importantes citadas pelo líder do PT foram duas leis fundamentais para a transparência e a moralização da atuação pública: a Lei de Acesso à Informação e a Lei 12.683/12, que endurece o combate à lavagem de dinheiro.

Para o parlamentar, o bom resultado do primeiro semestre será decisivo para que o Senado enfrente o esvaziamento natural que se dará no segundo semestre, em decorrência das eleições municipais. Apesar das semanas de votação previstas para agosto, setembro e outubro, os temas mais importantes e polêmicos só serão discutidos realmente a partir de novembro.

Na pauta estão as regras do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios, as mudanças no cálculo da compensação financeira pela exploração de recursos minerais e as regras de endividamento dos estados.

semestre. No enfrentamento da crise econômica, destacou, o governo recebeu do Senado o Plano Plurianual e receberá a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2013 com um conjunto de ações que possibilitam investimentos locais.

Já a crise política, surgida a partir de escândalos envolvendo agentes públicos com o crime organizado e que culminou com a cassação do mandato de senador de Demóstenes Torres, mostrou, no entendimento do líder do PT, que é possível ao

Garotinho leva denúncia contra Sérgio Cabral à CPI do Cachoeira

O deputado Anthony Garotinho (PR-RJ) entregou anteontem à comissão parlamentar de inquérito (CPI) mista que investiga as relações de Carlos Cachoeira com agentes públicos e privados pilhas de documentos, que, segundo ele, são “provas contundentes da relação entre o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, e a Delta Construções”.

De acordo com Garotinho, o governo do Rio favoreceu a empresa por meio de pagamentos superfaturados em licitações fraudulentas de obras que não foram realizadas.

— São 68 quilos de documentos oficiais, que vão ser disponibilizados a todos os membros da CPI — disse o deputado, em vídeo postado por sua assessoria de imprensa na internet momentos antes de entregar o material.

Ainda de acordo com Garotinho, a denúncia envolve também o vice-governador Luiz Fernando Pezão e alguns secretários de estado.

A documentação foi entregue à secretaria da comissão, que está fazendo a autuação dos papéis.

Ainda não há razão para chamar governador, afirma Pinheiro

Sobre uma possível convocação do governador do Rio, Sérgio Cabral, para falar à CPI do Cachoeira, o líder do PT no Senado, Walter Pinheiro (BA), disse que até o momento não há indícios que justifiquem um depoimento.

A possibilidade de convocação ressurgiu após a entrega, pelo deputado Anthony Garotinho, de documentos que comprovariam irregularidades em contratos do governo do estado com a empresa Delta.

— Ainda não há nenhum elemento que justifique isso. A CPI avaliará os 60 quilos [de documentos] e, se encontrar alguns gramas de ligação, não vejo por que não chamar — afirmou.

O senador disse que o partido, por ora, não pretende representar contra o suplente de Demóstenes Torres, Wilder Moraes (DEM-GO), que tomou posse como senador na semana passada.

Antes, ressaltou, é preciso ouvir o que ele tem a dizer sobre suas relações com a organização criminosa investigada pela CPI. Assim como Demóstenes, Wilder aparece em gravações interceptadas pela PF em conversas com Cachoeira.

Amapá receberá até o fim do ano sinal digital da TV Senado

Os moradores do Amapá poderão, em breve, assistir à TV Senado em sinal digital aberto. Um protocolo assinado anteontem permitirá, ainda, a implantação da Rádio Senado no estado, além do funcionamento da TV Assembleia e da transmissão da TV Câmara, em multiprogramação.

A previsão é que até o fim do ano os amapaenses tenham acesso aos novos canais.

Para o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que participou da cerimônia de assinatura do protocolo, a existência de meios de comunicação que transmitam os trabalhos do Legislativo é um instrumento de democracia participativa.

O presidente interino da Assembleia Legislativa do Amapá, deputado Júnior Favacho, destacou o papel das TVs legislativas como instrumento de transparência:

— O cidadão ganhará mais um instrumento de controle, de acompanhamento, de cada representante.

No Amapá, a TV Senado será transmitida pelo canal 57. A Rádio Senado, na frequência 93,9 MHz.

Como a TV digital opera em multiprogramação, com quatro subcanais por canal, o Senado decidiu instalar emissoras nos estados em

regime de parceria com as assembleias legislativas.

No Amapá, além do canal principal da TV Senado, haverá um canal da TV Assembleia e um da TV Câmara. O outro canal poderá, no futuro, ser destinado a outras transmissões da TV Senado.

— Por meio desse processo de expansão e graças ao sinal digital, é possível também colocar no ar o sinal da TV Assembleia, que normalmente não consegue a concessão do sinal aberto — explicou o diretor-adjunto da TV Senado, Aluizio Tadeu de Oliveira.

Atualmente, a TV Senado pode ser sintonizada em todo o país por meio de TV por assinatura, de antenas parabólicas e da internet, com até oito canais simultâneos.

A TV transmite em sinal aberto digital, em quatro canais, para Brasília, Alcança ainda São Paulo, Fortaleza e Belo Horizonte em canais cedidos pela Câmara dos Deputados.

Em sinal analógico, está presente em Brasília, Fortaleza, João Pessoa, Manaus, Natal, Recife, Rio Branco, Rio de Janeiro (zona oeste) e Salvador.

Além disso, há protocolos assinados para a transmissão da TV com sinal digital em Belém, Boa Vista, Campo Grande, Macapá, Manaus, Rio de Janeiro e São Luis.



Senador Randolfe Rodrigues e deputado Júnior Favacho: sinal digital no Amapá

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Sítio: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Sílvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Suplicy homenageia Drummond de Andrade

Eduardo Suplicy (PT-SP) homenageou na terça-feira o poeta Carlos Drummond de Andrade, que completaria 110 anos em outubro. Drummond foi o homenageado da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip), realizada no início do mês, com debates, lançamentos de novas edições, exposições e peças de teatro.

— O sucesso alcançado na Flip e a felicidade ao escolher Drummond bem retratam o valor que ele dava ao ato de escrever poesia — afirmou o senador.

Suplicy relatou a trajetória do poeta, desde o nascimento até a morte, passando pelos tempos de colégio e pelo trabalho como servidor público. Além disso, tratou dos conhecimentos do escritor em várias línguas e lembrou trechos de poemas célebres, como *José* e *No Meio do Caminho*.

O senador encerrou a homenagem recitando o poema *Sentimento do Mundo* e desejando que os brasileiros, especialmente os jovens, possam continuar aprendendo com a obra de Drummond.



Estátua de Drummond de Andrade em Copacabana, Rio: homenagem em Paraty (RJ)

Reprodução/telegiornais.blogspot.com



Jorge Viana quer atenção aos 340 destaques apresentados à MP 571/12

Jorge Viana pede entendimento sobre lei florestal

Jorge Viana (PT-AC) pediu que a sociedade aproveitasse a comemoração do Dia de Proteção às Florestas (17 de julho) para fazer uma reflexão sobre os desafios do Brasil na questão do meio ambiente.

Para ele, o país precisa chegar a um entendimento para virar referência no trato de sua biodiversidade e ao mesmo tempo tornar-se uma potência na produção de alimentos.

Viana relatou ter se dedicado especialmente neste primeiro semestre ao projeto do novo Código Florestal, tema que classificou como “estratégico para o país, mas complexo e com muitos interesses envolvidos”.

O senador elogiou a presidente Dilma Rousseff por ter, diante do impasse entre o texto aprovado no Senado e as mudanças feitas na Câmara, vetado parte da proposta e editado uma medida provisória “que atende aos interesses do país”, seja dos agricultores, seja dos que se preocupam com o meio ambiente.

Jorge Viana também criticou quem enxerga as florestas e a biodiversidade como um problema e pediu atenção à discussão dos 340 destaques feitos à MP 571/12.

Código Penal

Jorge Viana anunciou ainda que participará no Acre de dois seminários nesta semana para debater a proposta de novo Código Penal apresentada por uma comissão de juristas. Ele integrará a comissão especial de senadores responsável por analisar a proposta.

Texto que protege mulher no trabalho terá urgência

Jucá apresentou substitutivo a projeto que combate a discriminação contra a mulher no mercado de trabalho e afirmou que a Comissão de Assuntos Econômicos e o Plenário deverão votá-lo em agosto

ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) apresentou substitutivo a dois projetos de lei que combatem a discriminação contra a mulher no trabalho.

O PLC 130/11, do deputado Marçal Filho (PMDB-MS), e o PLS 136/11, do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), tramitam juntos e estão em análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com relatoria de Jucá.

O senador anunciou que ajustou questões inconstitucionais das propostas e que, em agosto, após a aprovação pela comissão, apresentará requerimento de urgência, para que a matéria seja submetida de imediato ao Plenário.

Jucá explicou que o PLC 130/11 estabelece multa para empresas que pagam



Romero Jucá: relator do projeto que impede discriminação de mulheres

remuneração diferente a homem e mulher na mesma função. O projeto foi discutido no Senado e, apesar da concordância com sua linha central, foi necessário fazer ajustes. No substitutivo que apresentou, Jucá corrige questões, como a forma para se calcular a multa aplicada ao empregador.

Lin de Paula/Agência Senado

— Agreguei outros fatores no combate à discriminação e nas medidas de proteção a mulher. O substitutivo relaciona uma série de questões que definem, entre outras coisas, o que são as formas de discriminação e quais políticas públicas podem ajudar a combater essa discriminação — explicou.

O substitutivo de Jucá identifica como discriminação, por exemplo, o pagamento de remuneração menor à mulher que exerça mesma função do colega homem, ressalvados critérios como formação técnica específica e tempo de serviço.

Também são consideradas discriminatórias a imposição de subserviência à mulher em relação aos homens na mesma função e a criação de obstáculos a cursos de qualificação.

Mozarildo: quarentena maior para ex-diretores da Anvisa

Em pronunciamento anteontem, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) anunciou a apresentação de dois projetos de lei que dizem respeito à



Waldemir Brito/Agência Senado

atuação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A primeira proposta obriga a Anvisa a manter na internet um acervo organizado para que qualquer pessoa tenha acesso às normas e regulamentos do órgão de modo simples e direto.

O segundo projeto aumenta o período de quarentena a que são submetidos os ex-dirigentes das agências reguladoras, incluindo a Anvisa.

A proposta fixa em um ano a quarentena de ex-dirigentes, em razão de informações privilegiadas acumuladas. Hoje, o período é de quatro meses.

Mozarildo explicou que o objetivo dos dois projetos é moralizar a Anvisa e dar-lhe transparência.

Ele defendeu que a agência fiscalize hospitais para ajudar na melhora dos serviços de saúde.

— É inadmissível que exista uma agência de vigilância sanitária criada para esse fim e ela não fiscalize hospitais, ela não regulamente essas questões. Fica como uma figura decorativa.

Anibal Diniz elogia ações do governo do Acre



Lin de Paula/Agência Senado

Anibal Diniz (PT-AC) elogiou as realizações do governo acreano e o desempenho do governador,

Tião Viana (PT).

Ele citou o lançamento do Plano Estadual de Recursos Hídricos, que visa preservar a qualidade e quantidade das águas do Acre, com uso racional e consciente.

Anibal comentou ainda o Programa Cuidando dos Seus Olhos, que já realizou milhares de consultas e cirurgias oculares. O parlamentar elogiou também os projetos de incentivo e apoio à piscicultura, voltados principalmente para pequenos produtores familiares.

Sérgio Souza: PAC 2 é essencial ao crescimento

Sérgio Souza (PMDB-PR) ressaltou a importância do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2, lançado pela presidente Dilma Rousseff em 2011 para auxiliar o país a manter a atividade econômica e os atuais níveis de emprego e renda.

— O momento impõe cuidados e atenção. O PAC 2 é a alternativa efetiva do governo para a indução do crescimento da economia e para a promoção do desenvolvimento.

Segundo Souza, o primeiro ano do PAC 2 teve um desempenho satisfatório, com R\$ 204,4 bilhões executados — 21% dos R\$ 955 bilhões previstos até 2014. Para ele, são visíveis as melhorias nos municípios e estados.

No entanto, ressaltou, diante das incertezas que inibem o investimento privado e das estimativas de crescimento da economia em torno de 2% para 2012, é necessário ir além.

— É preciso aprimorar a execução do programa para reativar a economia e continuar o caminho do investimento e do crescimento sustentável.

O senador citou o exemplo do Paraná, estado para o qual há previsão de investimentos em infraestrutura de transportes, tanto ferroviário quanto rodoviário, saúde, segurança, energia e educação.

Sérgio Souza citou ainda sua sugestão, acatada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), para destinar recursos à elaboração de projetos de construção de ferrovias e de melhoramentos nos portos e aeroportos do Paraná.



Para Sérgio Souza, programa é alternativa para induzir crescimento

Lin de Paula/Agência Senado